



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1019895-56.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - DIREITO PREVIDENCIÁRIO**
 Requerente: **Railson Carneiro Souza**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social Inss**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

VISTOS,

RAILSON CARNEIRO SOUZA, qualificado nos autos, ajuizou *pedido de concessão de benefício acidentário* em face do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, igualmente qualificado nos autos, aduzindo, em síntese, que:

- 1- Sofreu acidente do trabalho e teve redução de sua capacidade laborativa de maneira definitiva;
- 2- Em 10.07.2013 obteve alta médica, com retorno imediato ao trabalho;
- 3- O acidente de trabalho ocasionou perda das funções do segundo dedo da mão direita que foi amputado e, por esta razão está impedido de realizar atividades que ensejam habilidades laborais habituais;
- 4- Exerce a função de motorista que exige habilidade técnica específica e esforços físicos multivariados, exigindo-se o máximo da higidez física para a realização completa da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

atividade laboral;

- 5- Além da função de motorista, frequentemente realizava entrega e conferência de mercadorias na residência dos clientes, fazendo anotações em livros, notas fiscais e documentos;
- 6- Está impossibilitado de usar caneta esferográfica devido à amputação de seu dedo;
- 7- Teve a sensibilidade de sua mão direita reduzida em decorrência do acidente e não tem mais a firmeza necessária para segurar o volante de um caminhão o que o impossibilita de conduzir veículo de grande porte;
- 8- Em 13/09/2013 solicitou junto ao INSS o benefício do auxílio-acidente a partir da data da cessação do auxílio-doença, porém, seu pedido foi negado em meados de abril de 2014;
- 9- Interpôs recurso à Câmara de Recursos do INSS, porém em 16/04/2015 teve seu recurso negado, sob a alegação da falta de comprovação da redução de sua capacidade laboral;
- 10- Recebe benefício de auxílio-doença por acidente do trabalho, porém, o INSS de forma negligente deixou de conceder-lhe o benefício auxílio-acidente que é devido;
- 11- São inquestionáveis sua qualidade de segurado e nexos causal, bem como a necessidade de maior esforço para desempenhar a sua atividade laboral;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

- 12- A profissão que exerce exige maior esforço, ainda que mínimo para desempenhar sua função;
- 13- Não tem condições, em razão do seu estado de saúde, de exercer a profissão de motorista com total higidez física ou voltar para seus afazeres normais;
- 14- Batalha, destarte, pela condenação da autarquia no pagamento do benefício de auxílio-acidente no percentual de 50% sobre o salário de benefício desde o dia seguinte à cessação do benefício auxílio-doença acidentário ou dia do acidente, nos termos do art. 86 da Lei nº 8.213/91, bem como o pagamento das parcelas vencidas e vincendas, corrigidas monetariamente.

Contestou o INSS aduzindo, em síntese, que *ad cautelam* pede que se reconheça a prescrição quinquenal, caso haja parcelas vencidas antes do quinquênio que antecedeu o ajuizamento da ação. No mérito, aduz que os peritos profissionais do INSS concluíram que o segurado não apresentava redução de capacidade suficiente para assegurar-lhe a concessão do benefício pleiteado. Em caso de eventual procedência, a DIB deve ser a data do laudo pericial judicial.

Réplica às fls.51/54.

Decisão saneadora às fls.55/56.

Laudo médico pericial a fls.73/77.

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

Procede o pedido do autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O acidente do trabalho está patenteadado, tendo sido emitido CAT (fls.14).

A condição de segurado do autor não foi objeto de impugnação pelo INSS.

A perícia concluiu pela ausência de incapacidade para funções habituais, afirmando “tal acidente deixou sequela definitiva já que houve amputação da falange distal do dedo indicador direito e perda total da mobilidade da articulação interfalangeana proximal do indicador, que não o impede de realizar seu trabalho habitual de motorista entregador de mercadorias, mas como necessita das mãos para o trabalho, há pequena redução da sua capacidade laborativa, sendo necessário maior esforço para o mesmo resultado, de forma definitiva”.

Ora, nesse contexto, de deficiência funcional, evidente que o autor apresenta maior dificuldade para realizar suas tarefas ocupacionais habituais, o que é suficiente para a concessão do benefício acidentário.

O obreiro, destarte, não possui a mesma condição física de outra pessoa que não apresente aludida restrição.

Assim, é inquestionável o prejuízo funcional experimentado pelo autor em razão das sequelas decorrentes do acidente sofrido.

Registre-se a lição doutrinária de que "no âmbito das ações acidentárias a autarquia vem criando teses absurdas para evitar o pagamento de auxílio acidente, agora no percentual único de 50%. Uma delas é a de que apenas cabe o benefício quando há necessidade de mudança de função e não apenas necessidade de dispêndio de maior esforço para exercê-la. (...)" (Monteiro, Antônio Lopes e Bertagni, Roberto Fleury de Souza, in "Acidente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

do Trabalho e Doenças Ocupacionais", 3ª ed., Ed. Saraiva, 2005, p. 41).

No mesmo sentido: "Qualquer alteração anatômica ou funcional prejudica o conjunto harmonioso da mão, dificultando a sua atividade, razão pela qual, para suprir a perda de parte da função, o trabalhador tem necessidade do emprego de maior esforço físico para a realização do seu mister " (2o TAC-SP - El nº 471.989 - 1a Câm. - Rei. Juiz RENATO SARTORELLI-j. 12.5.97).

O pressuposto para o reconhecimento do direito ao benefício acidentário é a presença do nexo etiológico entre a incapacidade derivada do, ou no, exercício profissional e comprovada a redução da capacidade laborativa decorrente de acidente típico, justifica-se a concessão do auxílio-acidente de 50% do salário de benefício.

Em caso análogo, decidiu a Superior Instância: **Apelação Acidente Típico - Auxílio Acidente- Redução de movimentos da mão, comprometendo a funcionalidade do órgão - Obreiro que realiza trabalhos manuais como pedreiro- Necessidade de maior esforço que impõe o dever de reparação - Benefício acidentário devido Sentença Reformada- Recurso provido.** O artigo 86 da Lei nº 8.213/91 prevê a concessão de auxílio-acidente se comprovada redução da capacidade laborativa, tal como emoldurado nos autos, pelo que deve ser reformada a r. sentença para o fim de conceder o benefício pretendido desde a indevida alta médica, observando-se as diretrizes traçadas para a composição do benefício, forma de reajuste e atualização (TJSP, Apelação 007198323201-8-26-0224, d.j.16.04.2014).

Presentes os pressupostos legais e provada a incapacidade parcial do autor para o exercício de atividade laboral, impõe-se a concessão



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de auxílio-acidente.

Em face do exposto, julgo procedente o pedido e condeno o INSS a conceder ao autor auxílio-doença, desde o dia seguinte da data de sua cessação indevida.

A atualização monetária das parcelas em atraso observará os critérios da Lei nº 8.213/91 e suas alterações posteriores. Juros legais de mora de 1% ao mês devidos a partir da citação. O benefício é devido a partir do dia seguinte da alta médica indevida (Cf.TJSP, AP.0150789-36.2008, 17ª. Câmara de Direito Público, d.j.29.03.2011, rel. Des. Alberto Gentil

Em virtude de sua sucumbência, arcará o INSS com honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação, excluídas as parcelas vincendas.

Quanto aos honorários advocatícios, é pacífica sua fixação em percentual sobre o total das prestações vencidas até a sentença, nos termos da Súmula 111, do STJ, *verbis*: "Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre as prestações vencidas após a sentença."

O INSS está isento de custas *ex vi legis*.

Remessa oficial determinada a teor do que dispõe o art. 496, I, do NCPC, anotando-se que a condenação não é de valor certo, o que permitiria que não houvesse remessa oficial (art.496, parágrafo terceiro do NCPC).

Publique-se e intimem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 06 de março de 2017.

Juiz Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**